

## FICHA TÉCNICA

Título original: *Gemeinwohlfökonomie*

Autor: *Christian Felber*

Copyright © 2010, 2012 and 2014 Deuticke im Paul Zsolnay Verlag Wein

Tradução © Editorial Presença, Lisboa, 2017

Tradução: *João Cardoso*

Tradução do prefácio da edição portuguesa: *Maria das Mercês Peixoto*

Revisão: *Rita Carvalho e Guerra/Editorial Presença*

Imagem da capa: *Shutterstock*

Capa: *Sofia Ramos/Editorial Presença*

Composição, impressão e acabamento: *Multitipo — Artes Gráficas, Lda.*

Depósito legal n.º 422 134/17

1.ª edição, Lisboa, março, 2017

Reservados todos os direitos  
para a língua portuguesa (exceto Brasil) à

**EDITORIAL PRESENÇA**

Estrada das Palmeiras, 59

Queluz de Baixo

2730-132 Barcarena

info@presenca.pt

www.presenca.pt

# ÍNDICE

Prefácio à edição portuguesa .....	11
Prólogo à nova edição .....	15
I. Uma análise breve .....	23
II. A Economia do Bem Comum — ideia principal .....	38
III. A banca democrática .....	79
IV. Propriedade .....	95
V. Motivação e sentido .....	121
VI. Desenvolvimento da democracia .....	136
VII. Exemplos e modelos .....	159
VIII. Estratégias para a sua concretização .....	181
IX. Perguntas frequentes .....	200
X. Números, dados e síntese .....	218
Agradecimentos .....	225
Bibliografia .....	226

## Prefácio à edição portuguesa

O português é a décima segunda língua em que este livro é publicado, sete anos depois de ter sido dada à estampa a primeira edição em alemão, em agosto de 2010, e isso deixa-me muito feliz. O interesse da Editorial Presença surgiu na sequência de duas visitas minhas a Lisboa, uma vez a convite do secretário de Estado da Cultura, para o congresso «O Lugar da Cultura», em 2015, que apresentou os objetivos para a Europa, e uma outra vez em 2016, a convite da Fundação Calouste Gulbenkian, para uma conferência sobre o tema Direitos Humanos e Economia. O embaixador austríaco em Lisboa, Thomas Stelzer, interessou-se pessoalmente pela chegada a Portugal da temática d'*A Economia do Bem Comum* (EBC). Para minha grande alegria, por altura da publicação deste livro, já estava a nascer em Portugal um primeiro grupo: [portugal@ecogood.org](mailto:portugal@ecogood.org)

Ao longo dos seis anos desde o seu aparecimento, em 2010, na Áustria e nos estados vizinhos de língua alemã, muita coisa aconteceu. Especialmente forte é a repercussão em Espanha e na América Latina. Desde 2011, só na Península Ibérica constituíram-se mais de 30 grupos locais da EBC; na Catalunha, em Valência, nas Ilhas Canárias e no País Basco surgiram associações regionais dedicadas à sua promoção. Além disso nasceu também uma associação de nível nacional: a quarta depois da Áustria, da Itália e da Suíça. Atualmente, a ela se juntam outras, nomeadamente no Chile, na Suécia e na Alemanha.

Em Espanha há uma forte dinâmica em torno deste tema. Em Valência, foi decidida a criação de uma cadeira de Economia do Bem Comum; a Universidade de Barcelona foi a primeira no mundo

a elaborar um balanço do Bem Comum, ao mesmo tempo que era instituída em Paris uma cadeira UNESCO de Economia do Bem Comum. Uma primeira comunidade em Barcelona — Horta-Guinardò — elaborou um balanço do Bem Comum. Já anteriormente Miranda de Azán (Castela e Leão), Orendain (País Basco) e Carcaboso, na região fronteiriça da Estremadura, se tinham declarado comunidades a favor do Bem Comum. Miranda de Azán esteve presente no Fórum Global da Economia Social e Solidária em Montreal (Canadá), em 2016, para apresentar a sua iniciativa.

Um marco importante para formar uma rede global de associações para o Bem Comum foi a assinatura do acordo de cooperação entre o Presidente da Câmara de Sevilha e a Associação Promotora da EBC da Andaluzia. Nesse acordo, Sevilha não só se compromete em tornar-se um município do Bem Comum, como também em proceder como modelo para toda a Europa, em convidar todos os sectores sociais a enveredarem por uma Economia do Bem Comum e a ligarem-se a uma rede de outras associações para o Bem Comum: um «rizoma» da nova estrutura de economia ética.

Também nas empresas se está a avançar: no final de 2016, chegou de Estugarda a notícia de que, em breve, quatro empresas municipais com até 2500 funcionários irão elaborar o balanço do Bem Comum. Na Andaluzia, na comarca de Subbética, foi feita a auditoria a uma primeira empresa — um agroecossistema social de 39 agricultores, 40 empresas de bens de consumo (restaurantes, bares, comerciantes, bem como 320 famílias consumidoras —, o que nos EUA é designado como «Community Supported Agriculture» (CSA). Em breve, uma primeira média empresa de Espanha, conhecida a nível mundial, irá apresentar-se publicamente e não falta muito para que, a nível internacional, possamos saudar a 500.<sup>a</sup> empresa a elaborar — voluntariamente — o balanço do Bem Comum. A diretiva da UE para os relatórios não financeiros entrou em vigor a 1 de janeiro de 2017, obrigando as empresas com mais de 500 trabalhadores a apresentar, a par do balanço financeiro, um relatório sobre os temas dos direitos humanos, diversidade, direitos laborais, critérios ambientais e medidas anticorrupção. Este não é ainda um balanço integral do Bem Comum, mas trata-se de um passo dos legisladores da UE nesse sentido.

Também no âmbito do discurso internacional já algo foi feito. O francês detentor do prémio Nobel de Economia, Jean Tirole, publicou uma *Economie du Bien Commun*. A edição espanhola da obra italiana *L'Economia Civile*, de Stefano Zamagni e Luigino Bruni, foi publicada em Espanha com o título *Por Una Economía del Bien Común*. E em língua inglesa, Herman Daly e John Cobb Jr. publicaram, já em 1989, a obra-prima *For the Common Good*. Tal pode ser encarado como fundamento teórico dos *Sustainable Development Goals* (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável) das Nações Unidas, no outono de 2015. Neste mosaico cada vez mais multifacetado do pós-capitalismo, enquadra-se igualmente a encíclica *Laudato si* do Papa Francisco, onde o conceito de Bem Comum surge referido 25 vezes.

Não é só o Bem Comum que vai seguindo o seu curso, também as propostas para a limitação das desigualdades se tornam mais concretas e numerosas. Thomas Piketty causou sensação com o seu livro *O Capital no Século XXI*. Anthony B. Atkinson publicou precisamente sobre o tema da desigualdade, tal como os premiados com o Nobel da Economia Angus Deaton (*A Grande Evasão*, Editorial Presença) e Joseph Stiglitz. A mais recente comunicação feita no Clube de Roma, por parte de Jorgen Randers e Graeme Maxton, apresentou propostas concretas para a limitação da desigualdade. E também o FMI e o Banco Mundial determinaram, no seu encontro anual em 2016, que a desigualdade existe «em demasiados países e em grande escala». O que nos deixa alguma esperança.

Menos esperança causa a política concreta dos países industriais mais representativos da UE e da OMC. Não se divisa qualquer iniciativa para a limitação da desigualdade ou financiamento dos objetivos de Desenvolvimento Sustentável. As elites apontam para outras prioridades: CETA, TTIP, TTP e TiSA. Mesmo quando vastas maiorias da população rejeitam mais «acordos de comércio livre», as suas opiniões são simplesmente ignoradas e contrariadas — o que prejudica ainda mais a democracia da UE. A pressão exercida sobre a região da Valónia — como se nada houvesse a aprender com o *Brexit* — foi brutal. A história que mais se fazia ouvir era a de que os habitantes da Valónia teriam feito refém toda a UE. Na Áustria, por altura das eleições para o Parlamento Europeu, apenas 6% da população eram a favor do CETA. Contudo, o Chanceler austríaco votou no CETA.

É este procedimento, e não a recusa de novos acordos comerciais, que põe em perigo a Europa. Os políticos defensores do mercado livre reduzem a discussão da política comercial a comércio livre ou protecionismo, a abertura ou nacionalismo, como se nada existisse pelo meio. Em breve, será publicado na Alemanha o meu novo livro, *Ethischer Welthandel*, que apresenta uma alternativa ao comércio livre e ao protecionismo, e em que todas as afirmações de que quem está contra o TTIP, a WTO é um «protecionista», são contraditadas — tal como a Economia do Bem Comum é a prova viva de que existe uma alternativa ao capitalismo e ao comunismo.

Aliás, não estou muito esperançoso de que dentro da atual democracia representativa se chegue a uma verdadeira mudança de sistema. Por isso, o meu trabalho político tem, ao mesmo tempo, como objetivo a reflexão da consciência política e o alargamento da democracia direta e participativa a, finalmente, uma «democracia soberana». Este processo deve desenvolver-se de forma lenta e descentralizada, «*bottom up*», ou seja, de baixo para cima. Uma das primeiras etapas consiste em garantir que sejam mantidas «convenções económicas democráticas», nas comunidades, que tomem decisões fundamentais sobre a ordem económica do futuro. Aquando da publicação deste livro, ainda estávamos à procura da primeira comunidade a organizar uma «convenção democrática». Pode ser que a encontremos em Portugal.

CHRISTIAN FELBER

1 de novembro de 2016

## Prólogo à nova edição

*There are plenty of alternatives!* (TAPAS).  
Há muitas alternativas.

Para Margaret Thatcher e Angela Merkel

Em outubro de 2010, em Viena de Áustria, iniciava-se um processo de mudança. A Economia do Bem Comum deixava de ser uma ideia para passar a ser um movimento. Tudo começou com uma dúzia de empresas austríacas; quatro anos depois, o número de empresas que apoiavam a iniciativa ascendeu a mais de 1750, sediadas em todos os continentes. As atividades são já desenvolvidas em cerca de vinte países, na Europa, na América do Norte, na América Latina e, «à última hora», na Nova Zelândia. A Universidade de Santiago do Chile está a contribuir com o desenvolvimento científico de uma «contabilidade do bem comum». O parlamento regional do Tirol do Sul, no norte de Itália, decidiu dar prioridade às empresas com boa rendibilidade ética nas aquisições públicas e ajudar ao desenvolvimento dos municípios orientados para o bem comum. Ainda um terceiro exemplo daquilo que se passa no mundo: as universidades de Kiel e de Flensburg, na Alemanha, estão a desenvolver um projeto de investigação, financiado pelo Ministério da Educação e da Investigação do país, acerca da aplicabilidade do equilíbrio do bem comum a grandes empresas com cotação em bolsa.

Pelo visto, a necessidade de uma alternativa integral, de outro modelo económico, é global. Precisamente no mês em que foi publicada a primeira versão do presente livro em língua alemã,

a Fundação Bertelsmann realizou um inquérito cujos resultados foram evidentes: 88% dos alemães que responderam desejavam uma «nova ordem económica». Na Áustria, esse valor ascendeu a 90%. Não creio que tenha existido outro momento na História no qual nove em cada dez indivíduos desejassem explicitamente «uma nova ordem económica». A minha análise destes resultados contundentes é que cada vez mais pessoas têm consciência de que a atual «crise» não é uma crise económica e financeira isolada, mas reflete outros aspetos: as bolhas especulativas, o desemprego, a desigualdade na partilha de bens, as alterações climáticas, a deficiência energética, a miséria, o consumismo, a perda de rumo, a perversão dos valores e a debilidade da democracia também estão implicados e são sintomas de uma crise geral do sistema.

O capitalismo enquanto sistema económico está em declínio. No entanto, muitos representantes das populações sustentam que «não há alternativa». Esta afirmação de Margaret Thatcher tem vindo a ser repetida pelas elites do poder que bloqueiam as mudanças. Contudo, numa democracia, existem sempre muitas alternativas! A resposta a Margaret Thatcher é «TAPAS»: «*There are plenty of alternatives!*» Concretamente, este livro demonstrará que, de entre elas, existem umas tantas para o modelo económico como um todo.

## Mudança de rumo

As perguntas decisivas são as seguintes: Que direção deveremos tomar? Deverá a economia ser mais ecológica e sustentada, uma economia de pós-crescimento? Deverá ser regional, subsidiária e resistente perante as crises? Deverá ser mais social e justa na partilha? Deverá o foco na concorrência pender mais para a cooperação até chegarmos a uma economia solidária? Deverá a dignidade humana ocupar um lugar central, onde cada indivíduo tem o direito de decidir?

A Economia do Bem Comum responde com uma perspetiva holística. Todos estes valores poderão e deverão ter um peso maior do que aquele que possuem na economia real. E, felizmente, existe um conceito que os abarca e reforça a todos: o bem comum. O bem comum é o objetivo ético supremo, tanto para a sociedade democrática



em geral como para a economia em particular. Como é evidente, não fomos nós quem o inventou. Ele possui já uma longa tradição. Basta-nos olhar para as constituições democráticas ou revisitare algumas referências da Antiguidade. A Lei Fundamental da República Federal da Alemanha afirma: «A propriedade obriga. O seu uso deve servir ao mesmo tempo o bem comum.» A italiana refere que «a atividade económica, pública e privada, deve orientar-se para o bem-estar geral» e a Constituição bávara é ainda mais clara: «Toda a atividade económica serve o bem comum.» Se formos às raízes, já Aristóteles diferenciava a nobre *oikonomia*, cujo propósito era a «boa vida» — para cuja concretização e organização o dinheiro não era mais do que um meio —, da rejeitada «crematística», na qual a ganância pelo dinheiro se converte num fim em si mesmo: a chamada «contranatura»<sup>1</sup>. O conceito «bem comum», já utilizado pelos Romanos, foi operacionalizado para a ética social por Tomás de Aquino no século XIII, *bonum commune*, e, daí, percorreu como um fio condutor a doutrina social da Igreja Católica e outras escolas filosóficas até chegar às modernas constituições.

Temos de estar vigilantes: todos os «grandes» conceitos estão bastante desgastados. Diferentes regimes aproveitaram-se deles para os seus fins obscuros. Tanto Hitler como as ditaduras da Europa de Leste abusaram da expressão «bem comum». No entanto, tal não deverá impedir o entendimento do conceito em si. Não iremos apagar do nosso vocabulário palavras como «liberdade», «verdade» ou «amor» só porque são, frequentemente, utilizadas de uma maneira imprópria. Apenas devemos tornar-nos cautelosos e dar atenção a quem, e em que procedimento, define o seu conteúdo.

## Evolução aberta do processo de participação

O conceito do bem comum não tem, *a priori*, outro significado que o da igualdade da importância do bem-estar de todas as pessoas. Além desta ideia principal, o seu significado concreto terá de ser definido num processo democrático. Esta é, pelo menos, a posição

---

<sup>1</sup> Dierkmeier/Pirson (2009) e Daly, pp. 138 e ss.

do movimento a favor de uma Economia do Bem Comum. Aqui, não mandam as «leis naturais» nem os «ditadores benévolos» nem, tão-pouco, a Providência. A ideia concreta é a de todos os cidadãos livres e soberanos se reunirem local ou regionalmente e debaterem os elementos-chave da futura ordem económica. A seguir, poderiam ser enviados delegados às assembleias nacionais ou mesmo internacionais. Estas não seriam chamadas a tomar as decisões, mas a prepararem as alternativas finais a submeter ao voto do povo soberano. O resultado seria uma primeira parte realmente democrática das constituições. A parte económica ou monetária da Constituição serviria de padrão ao Parlamento, que estaria obrigado a elaborar leis económicas de acordo com as referidas diretrizes. Tal implicará uma nova divisão de trabalho entre a instância soberana e os seus representantes. No fundo, trata-se de um novo sistema democrático, de uma democracia mais real ou mais soberana. O presente esboço de uma Economia do Bem Comum não é, assim, um modelo fechado, mas um ponto de partida.

### **Perspetiva holística**

A Economia do Bem Comum nasce de uma visão holística. E oferece, portanto, uma solução integral para a totalidade dos problemas prementes. A causa de muitos dos problemas originados pelo modelo predominante atual reside no progressivo empobrecimento do pensamento económico-científico; este tem vindo a desligar-se dos seus contextos mais importantes: o cultural e ético, o político e democrático e o natural e ecológico. O economista checo Tomáš Sedláček criou aquela que é, até agora, na minha opinião, a melhor metáfora para descrever aquilo que se tem vindo a passar: «Quando se arranca a alma a um organismo, o que daí resulta é um zombi.» A ciência económica clássica está desprovida de alma. Teremos de a prover de uma. O princípio deste processo de integração é orientar a economia de acordo com os valores que sustentam as relações humanas. A Economia do Bem Comum baseia-se na reconciliação do pensamento económico com o seu próprio contexto, assim como, em consequência, com a prática económica: a economia real.

Nos últimos anos, foram surgindo cada vez mais estudos sociais e científicos que refutam empiricamente a ideia do ser humano do darwinismo social (segundo a qual o egoísmo e a competitividade estão ancorados no genoma humano), descrevendo-o, ao invés, como um ser social com tendência para a cooperação; não só é empático e solícito por natureza, como também possui um forte sentido de justiça e reage com agressividade perante a violação de regras estabelecidas em conjunto. Os neurobiólogos Joachim Bauer e Geral Hüther, assim como o biólogo evolutivo Martin Nowak, entre outros, realizaram importantes investigações pioneiras reveladoras sobre o assunto. As experiências que descrevo no capítulo 4 confirmam os seus resultados de forma impressionante.

### Três preocupações fundamentais:

A Economia do Bem Comum apoia-se em três ideias principais:

1. Pretende resolver a contradição de valores existente entre a economia e a sociedade, incentivando e premiando, no âmbito da primeira, os mesmos comportamentos e valores que nas relações humanas são bem-sucedidos: a honestidade, a empatia, a confiança, a estima, a cooperação, o compromisso com a natureza, a solidariedade, a vontade de partilhar.
2. O objetivo que as constituições nacionais definem para a economia — o bem comum — deverá ser implementado na ordem económica legal de forma consequente. Da mesma maneira, o dinheiro, o capital e o benefício financeiro não deverão ser mais do que meros meios económicos que ajudam a atingir o fim. Nessa altura, a ordem económica estará a respeitar o espírito das constituições.
3. O êxito económico deixa de ser aferido pelos recursos e passará a ser aferido pelos objetivos. Com vista a pôr em prática este reajuste entre «fins e meios», a Economia do Bem Comum está a desenvolver o «Produto do Bem Comum [PBC]» (que afero o êxito de uma economia nacional), o «Balanço do Bem Comum» (que afero o êxito de uma empresa) e o «Exame do Bem Comum»

para sabermos se um dado investimento estará a contribuir para o fim da economia ou se entrará em contradição com ela. Na Economia do Bem Comum, todo o sistema de incentivos inerente a uma economia de mercado deverá alinhar-se com estes resultados e rendimentos éticos e não com os resultados monetários. O lema é: «Com ética, êxito.»

A Economia do Bem Comum não pretende acabar com os balanços financeiros nem deseja que as empresas privadas não procurem o lucro. A diferença reside no facto de o lucro financeiro deixar de ser a finalidade do trabalho empresarial, mas um meio para atingir o verdadeiro propósito: aumentar o mais possível o bem-estar. Esta questão, de acordo com a experiência, sobrepõe-se à ideia que inúmeros empresários fazem, atualmente, de si próprios. Mas o sistema económico legal, *per se*, não apoia esta base, preferindo incentivar a maximização do lucro, o crescimento ilimitado e a canibalização das empresas entre si.

O objetivo é, mediante uma nova organização legal das empresas, aumentar a liberdade do indivíduo, pois:

- A concentração de poder na economia será refreada e paralisada graças a mecanismos de «retroalimentação negativa».
- Nem todos os aspetos vitais dependerão de transações monetárias e da disponibilidade, ou não, de dinheiro.
- Haverá mais tempo para dedicar a outros interesses que não apenas o trabalho remunerado.
- Os receios instalados das empresas orientadas para o lucro serão ultrapassados.
- Os nossos filhos terão uma educação orientada para a vida e não para o consumo.
- A economia não destruirá os nossos princípios fundamentais.
- Aprenderemos a atuar unidos e não uns contra os outros.
- Na política, diminuirão a corrupção e os *lobbies*.
- A democracia poderá voltar a respirar e a florescer.
- As regras da economia não voltarão a ter origem em dogmas; serão desenvolvidas democraticamente.

## Uma alternativa entre muitas

A Economia do Bem Comum não afirma ser o único modelo económico possível para o futuro, mas desenvolve a avaliação de elementos importantes do sistema económico, tais como os valores e os objetivos, a aferição do êxito, o dinheiro e o sistema financeiro, o comércio internacional, o trabalho remunerado, a propriedade, entre outros. Não ficará completa nem encerrada. Pelo contrário, pretende ser combinada com modelos ou estruturas alternativas e, com estes, enriquecer-se a si própria e a eles. Os «amigos» clássicos da Economia do Bem Comum são a economia social e solidária, os bens comuns (*commons*), a democracia económica, a empresa social, o valor partilhado, as empresas B, a economia da dádiva ou a economia de pós-crescimento, apenas para nomear alguns. Não faria sentido impor um modelo aos demais. O mais desejável é que os «componentes» mais valiosos sejam identificados num processo de busca participativo e democrático e edifiquem o sistema económico do amanhã.

## Perspetiva aberta

Os próximos anos serão marcados pelo desenvolvimento e pela afinação das ferramentas dos pioneiros económicos, políticos e culturais: empresas, organizações, bancos, bolsas, incubadoras, municípios, governos a todos os níveis e instituições de ensino. Por outro lado, serão desenvolvidos, em debates alargados, os vinte pontos de referência resumidos no final do presente livro. Esperamos que, em breve, sejam «inauguradas» as primeiras convenções económicas democráticas e que estas possam adquirir, ao longo dos próximos anos, um carácter nacional na Alemanha, na Áustria, em Itália e noutros países. Existe uma miríade de possibilidades de apoio à mudança para a nova ordem económica. A participação numa convenção económica descentralizada — ou a sua organização — é uma forma concreta de nos podermos envolver pessoalmente.

A *Economia do Bem Comum* persegue três objetivos principais: 1) Oferecer uma alternativa completa e coerente ao modelo económico existente; 2) Propor um processo concreto de implementação

democrática que permita deixar o modelo aberto para combinações e cooperações com outras alternativas e, naturalmente, também com elementos do sistema atual que funcionem em boas condições; e 3) Oferecer a todas as pessoas, empresas, organizações e instituições um caminho concreto para efetuarmos, todos, a transição para uma economia mais social, sustentada, humana e democrática.

Convidamo-vos à mudança!